

# O PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO BRASILEIRA: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS\*

Fernanda J. A. P. Nonato\*\*

Rafael H. Moraes Pereira\*\*\*

Paulo A. Meyer M. Nascimento\*\*\*\*

Thiago Costa Araújo\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

A quantidade da força de trabalho disponível num país depende de três fatores: o tamanho da sua população residente; a estrutura etária dessa população, que indica a quantidade de adultos; e a disposição ao emprego dessa população dado o nível dos salários pagos, que é indicada pela taxa de participação. A qualidade da força de trabalho, por sua vez, está condicionada, em linhas gerais, ao nível educacional da população. Associadas ao estoque de capital, a quantidade e qualidade da força de trabalho disponível num país são os fatores decisivos para o nível de produtividade de uma economia e constituem “os componentes principais da capacidade do mercado de trabalho de prover valor” (CASTRO; CASTRO; LEITE, 2006, p. 232).

O objetivo deste trabalho é discutir três fatores que têm contribuído de maneira decisiva para as mudanças observadas no perfil da oferta de força de trabalho brasileira ao longo dos últimos 30 anos e analisar algumas de suas implicações para as próximas décadas. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de projeções demográficas oficiais, ambas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este artigo defende que o perfil (quantitativo e qualitativo) da oferta de força de trabalho no Brasil tem sido afetado principalmente por três macrotendências: *i*) a transição demográfica pela qual vem passando o país, e que vem modificando tanto o ritmo de crescimento populacional quanto a sua distribuição etária; *ii*) o aumento da escolaridade da população; e *iii*) a tendência de maior destaque da população feminina devido à ampliação de sua escolaridade, acima da média masculina, e ao crescimento das suas taxas de participação no mercado de trabalho.

As próximas três seções buscam apontar como cada uma daquelas três macrotendências tem contribuído, separadamente, para as mudanças no perfil da oferta de força de trabalho

---

\* Os autores agradecem os comentários e sugestões de Divonzir Arthur Gusso e Aguinaldo Nogueira Maciente.

\*\* Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

\*\*\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Política Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

\*\*\*\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

brasileira e suas perspectivas. Por fim, na seção 5, serão tecidas as conclusões deste ensaio apontando-se algumas transformações gerais que se espera ocorrer no mercado de trabalho do país durante as próximas décadas.

## 2 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

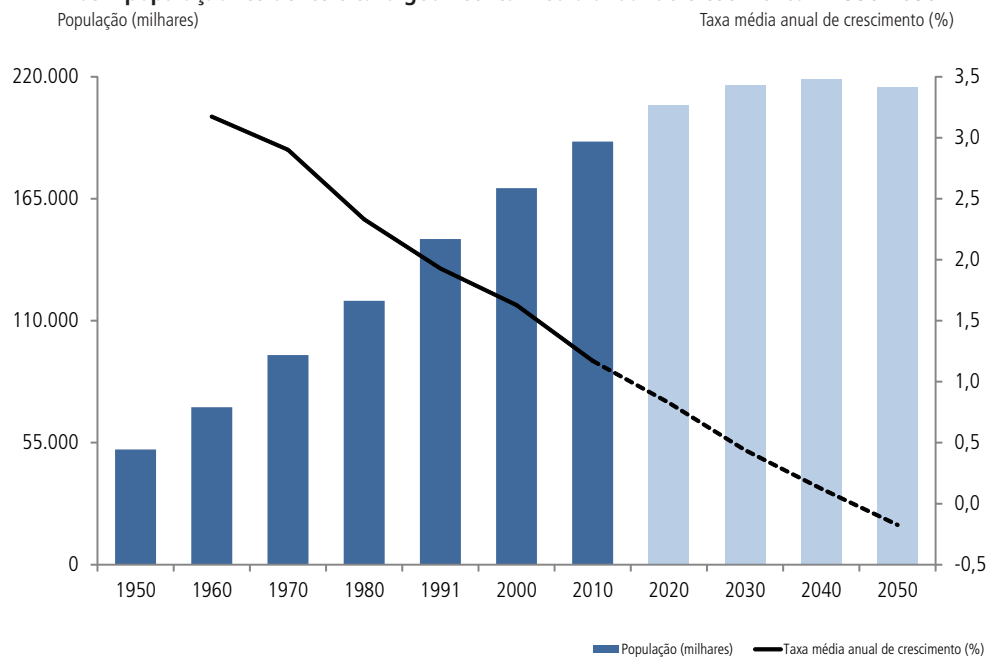
A transição demográfica é um processo caracterizado, em linhas gerais, pela transição de uma situação em que ambos os níveis, de fecundidade e de mortalidade, se encontram relativamente altos (1ª etapa), para uma situação em que ambos os componentes se encontram em níveis relativamente baixos (4ª etapa). A segunda etapa dessa transição é marcada por um ritmo mais acelerado de crescimento populacional em função da queda nos níveis de mortalidade conjugada a uma manutenção de níveis de fecundidade ainda relativamente altos.

Conforme apontado por diversos autores (RIOS-NETO, 2005; WONG; CARVALHO, 2006; BRITO, 2007, 2008; ALVES, 2008; ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010), o Brasil já passou por esse período de alto crescimento populacional durante o século XX, e estaria passando agora pela terceira etapa da transição demográfica. Durante essa etapa, a combinação de taxas de mortalidade relativamente baixas a um processo de queda das taxas de fecundidade resulta numa fase de crescimento populacional moderado e com taxas cada vez menores que convergem, após um certo período de tempo, para uma estabilização, que caracterizaria o quarto estágio da transição demográfica.

As implicações da transição demográfica brasileira para o volume total da população do país podem ser visualizadas no gráfico 1. Este gráfico aponta como o Brasil vem apresentando um constante crescimento populacional desde a década de 1970, embora a taxa cada vez menores. Caso as projeções oficiais do IBGE se confirmem, espera-se um crescimento positivo da população até a década de 2040, a partir de quando deverá haver uma redução da população em termos absolutos (IBGE, 2008).

GRÁFICO 1

### Brasil: população residente e taxa geométrica média anual de crescimento – 1950-2050

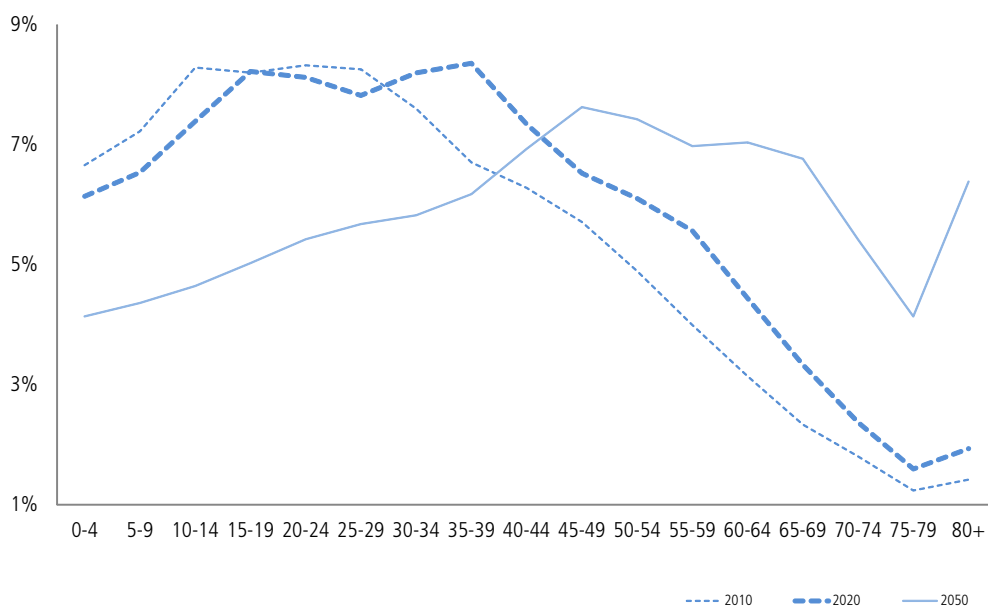


Fonte: Censos Demográficos de 1950 a 2010/IBGE e projeções demográficas (IBGE, 2008). Elaboração dos autores.

Uma característica marcante da transição demográfica vivenciada pelo Brasil, quando comparada à experiência de países desenvolvidos, foi a velocidade com que se deu a queda da sua taxa de fecundidade (WONG; CARVALHO, 2006; POTTER *et al.*, 2010).<sup>1</sup> Essa queda na fecundidade produz efeitos persistentes sobre a estrutura etária da população e que serão observados ainda durante várias décadas. A redução no curto prazo da proporção da população jovem se desdobrará no médio e no longo prazo numa redução também da população em idade ativa (PIA) e num aumento crescente da proporção de idosos, levando a um processo de inversão da pirâmide populacional (gráfico 2).

GRÁFICO 2

**Brasil: distribuição relativa da população segundo grupos quinquenais de idade – 2010, 2020 e 2050**



Fonte: Censo Demográfico de 2010/IBGE e projeções demográficas (IBGE, 2008). Elaboração dos autores.

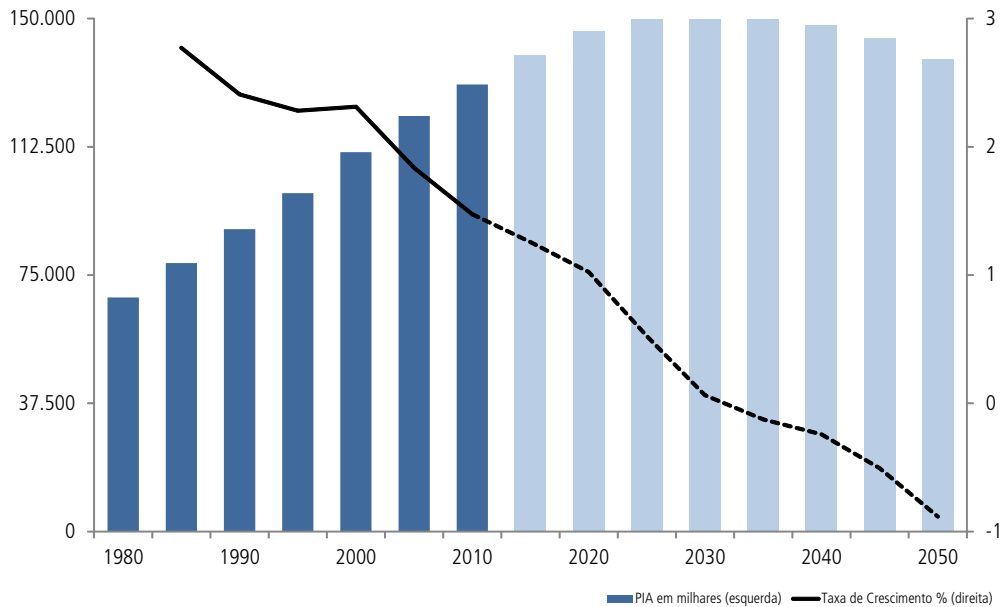
Essas mudanças demográficas (de redução do ritmo de crescimento da população brasileira e de sua distribuição etária) e as suas possíveis consequências em diversas áreas da sociedade têm sido discutidas por diversos autores (CAMARANO; PASINATO, 2004; RIOS-NETO, 2005; WONG; CARVALHO, 2006; BERENSTEIN; WAJNMAN, 2008; BRITO, 2008; ARBACHE, 2011). Sob a perspectiva do mercado de trabalho, esses efeitos da transição têm afetado diretamente o tamanho e a composição da PIA brasileira e refletido diretamente na disponibilidade de mão de obra do país.

O gráfico 3A mostra a evolução do tamanho total da PIA e sua taxa de crescimento entre 1980 e 2050. Com taxas decrescentes ao longo de todo o período, percebe-se que haverá uma expansão da oferta de força de trabalho pelo crescimento da população predominantemente ativa (15-64 anos) somente até meados da década de 2020, quando se iniciará uma tendência de queda em termos absolutos. O gráfico 3B aponta ainda que a proporção da PIA em relação ao total da população atingirá seu pico em meados de 2020.

1. Segundo Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), a taxa de fecundidade total (TFT) no Brasil teria se tornado, a partir de 2005, menor do que o nível de reposição populacional, equivalente a 2,1 filhos por mulher. Com a manutenção da fecundidade abaixo desse nível, a população brasileira tende a apresentar crescimento negativo de sua população, como ilustrado no gráfico 1.

GRÁFICO 3A

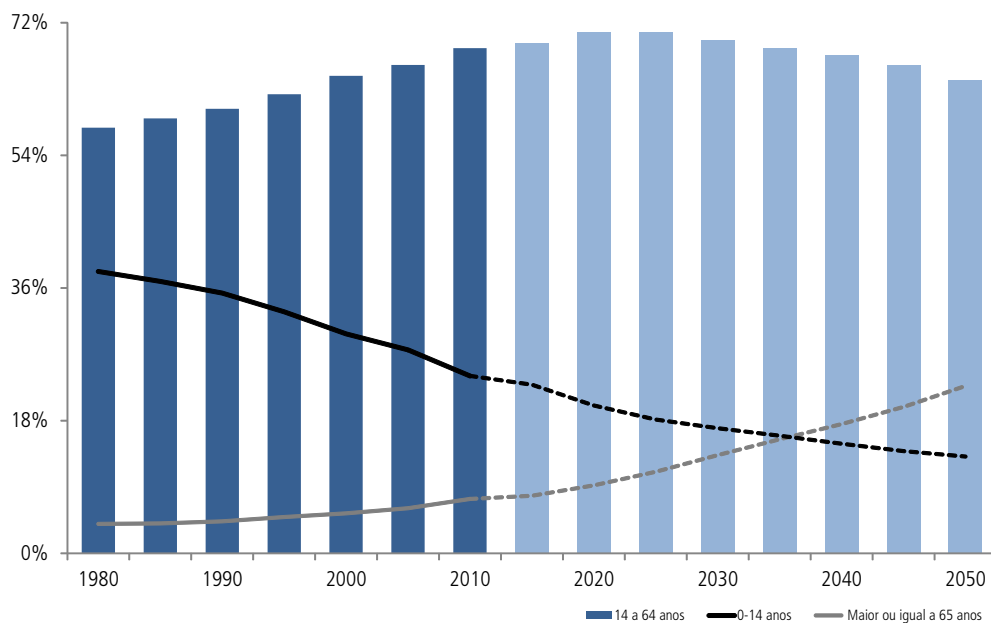
## Tamanho total e taxa de crescimento da PIA de 15 a 64 anos de idade – 1980-2050



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009, Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE e projeções demográficas (IBGE, 2008). Elaboração dos autores.

GRÁFICO 3B

## Brasil: evolução da população por grandes grupos etários – 1980-2050



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009, Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE e projeções demográficas (IBGE, 2008). Elaboração dos autores.

Conforme destacam Rios-Neto (2005), Brito (2008) e Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), esse período, com simultâneo crescimento da PIA e redução da razão de dependência demográfica, constituiria uma “janela de oportunidades” (também conhecida como bônus demográfico), propiciando maior crescimento econômico. De acordo com as projeções do IBGE, contudo, logo a partir de meados de 2020 se iniciará um processo de encolhimento da força de trabalho disponível no país, acompanhado de um aumento da razão de dependência, o que tem levado esses autores a discutirem um possível ônus demográfico.

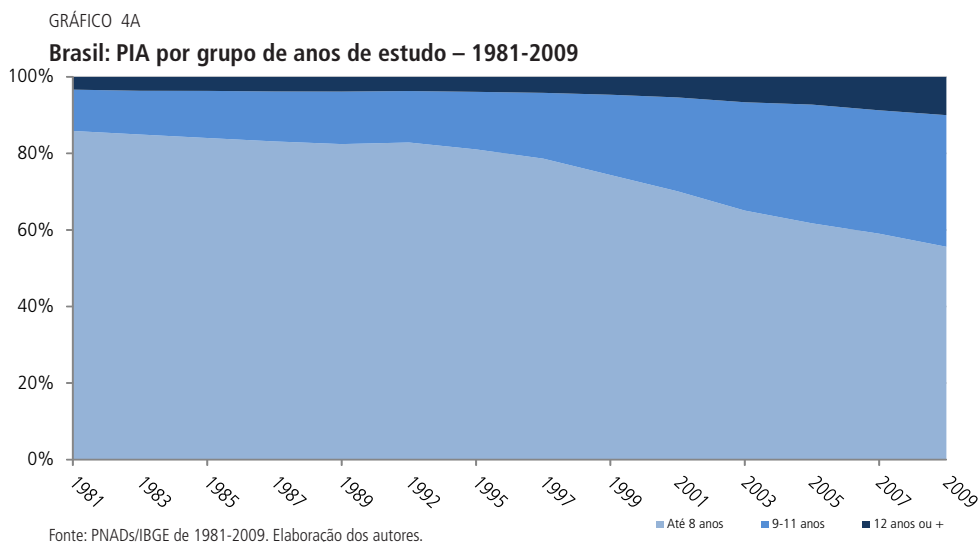
Outra tendência demográfica que contribuirá para alterar o perfil da força de trabalho brasileira nos próximos anos é a redução da mortalidade nas idades mais avançadas. Isso, associado a uma melhora nas condições de saúde e de autonomia da população idosa, deverá conduzir a um aumento da permanência da população no mercado de trabalho, levando a uma mão de obra mais envelhecida e com maior experiência (CAMARANO *et al.*, 2006; WAJNMAN; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004; CAMARANO; PASINATO, 2008).

A perspectiva demográfica para os próximos anos, portanto, sugere que o Brasil viverá ainda mais alguns anos de crescimento de sua PIA, embora a taxas cada vez menores. Já a partir de meados da próxima década, contudo, é provável que se inicie um processo de redução da PIA brasileira, tanto em termos relativos quanto em números absolutos. Ainda comparada ao cenário atual, a mão de obra disponível no país apresentará um perfil etário mais elevado e, conseqüentemente, mais experiente.

### 3 A EXPANSÃO DA ESCOLARIDADE

No campo educacional, o Brasil vem passando por uma importante expansão do ensino em todos os níveis educacionais, particularmente a partir da década de 1990. A forte expansão do acesso ao ensino fundamental nos anos 1990, a redução da evasão escolar e o aumento da cobertura da rede de ensino no país têm possibilitado um aumento do fluxo entre os níveis fundamental e médio, o que também acabou permitindo a expansão de demanda pelo ensino superior (CASTRO; CASTRO; LEITE, 2006). Essa expansão da cobertura, contudo, ainda não levou a uma universalização da conclusão da educação básica, e nem mesmo a um acesso mais robusto ao ensino superior. A despeito da trajetória ascendente da maioria dos indicadores educacionais, a PNAD de 2008 ainda revelava que aproximadamente um a cada dois jovens de 15 a 17 anos (idade adequada para cursar o ensino médio) já tinha completado o ensino fundamental, e que apenas 14 a cada 100 jovens de 18 a 24 anos frequentavam algum tipo de educação superior<sup>2</sup> (CORBUCCI *et al.*, 2010).

De todo modo, o simples fato de colocar nas salas de aula quase que a totalidade das crianças de 7 a 14 anos ensinou, a partir de meados dos anos 1990, mudanças bastante perceptíveis na composição da força de trabalho brasileira, ao se tomar o número de anos de escolaridade como parâmetro. Os gráficos 4A e 4B ilustram isso.

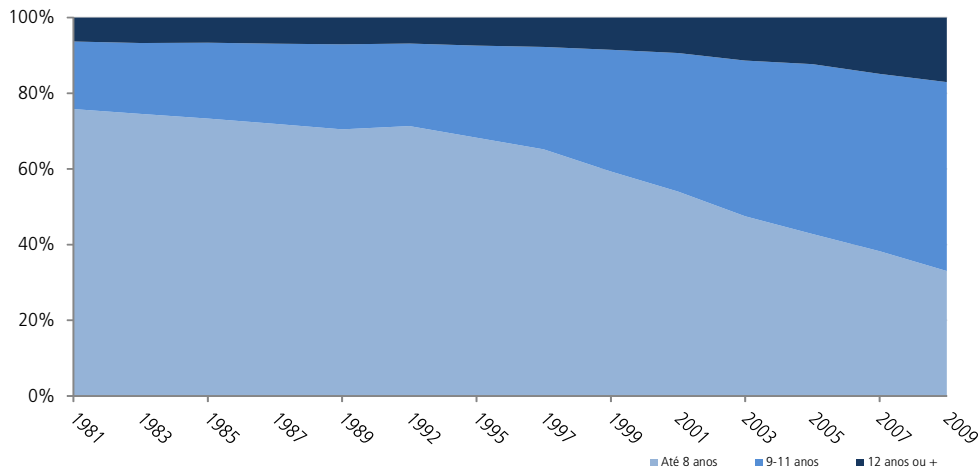


2. A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 era alcançar, até 2010, o índice de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior. Essa meta está para ser replicada no PNE 2011-2020, dada a distância em que o Brasil se encontra de alcançá-la.

GRÁFICO 4B

**Brasil: população de 18 a 29 anos de idade por grupo de anos de estudo – 1981-2009**

(Em %)



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

A observação do gráfico 4A permite vislumbrar que a parcela da PIA com maiores níveis de escolaridade tem apresentado um aumento significativo, de forma que, ao final da década de 2000, 40,4% da PIA já se encontravam entre os níveis médio e/ou superior de escolaridade. Este fato torna-se mais relevante ainda quando se percebe que no início da década de 1980 o país contava com uma parcela de apenas 12,7% da população nesta categoria de escolaridade. Essa tendência é ainda mais pronunciada na faixa etária de 18 a 29 anos (gráfico 4B), isto é, entre aqueles que mais se beneficiaram da expansão educacional vivenciada pelo Brasil nos últimos 20 anos – os jovens.

Dado que o sistema educacional brasileiro ainda forma menos jovens do que poderia em seu nível básico e que, possivelmente, até por isso, permaneça matriculando-os em baixa proporção no ensino superior (vale lembrar mais uma vez dos baixos índices de conclusão do ensino fundamental e de matrícula no ensino superior destacados anteriormente), é de se esperar que a tendência observada nos gráficos 4A e 4B seja intensificada nas próximas décadas. Ademais, chama a atenção que, ao final dos anos 2000, a parcela mais significativa da PIA ainda fosse aquela com menor escolarização, até oito anos de estudo (equivalente a ter até o ensino fundamental completo ou incompleto) – o que leva a crer que o sistema educacional brasileiro ainda dispõe de potencial para mudar a composição da força de trabalho do país.

Além do potencial de crescimento dos ensinos médio e superior, o Brasil ainda não resolveu como tornar o ensino técnico e profissional mais atrativo e compensador para os jovens. A despeito do relativo sucesso do sistema de educação profissional mantido por entidades empresariais (o chamado sistema S) e do papel de destaque que a rede federal de educação profissional costuma ter entre as instituições públicas atuantes no ensino médio, a matrícula nessa modalidade correspondia, em 2010, a somente 13,6% da matrícula registrada no ensino médio.<sup>3</sup> Mesmo as matrículas nessa modalidade havendo sido multiplicadas por 2,5 entre 2001 e 2010, seu crescimento foi apenas um pouco maior do que o do próprio ensino médio, que expandiu o número de matrículas por 2,2 no mesmo período. Em face da priorização dada pelo governo federal a essa modalidade de ensino,<sup>4</sup> materializada tanto por

3. Cálculos feitos pelos autores a partir dos dados de matrícula disponíveis nos censos da educação básica, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)/Ministério da Educação (MEC).

4. Ver, a esse respeito, Ipea (2010, 2011, 2012).

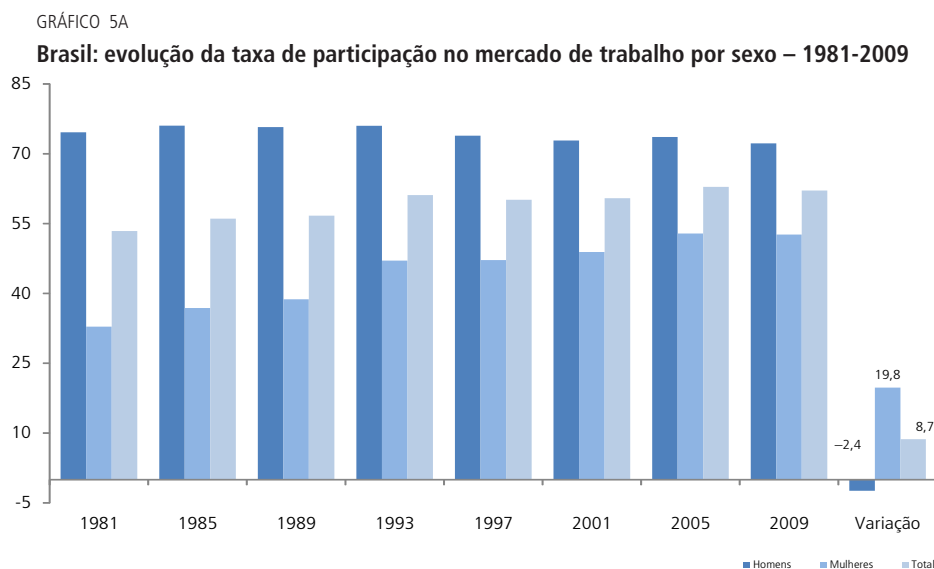
iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), lançado em 2011; o acordo entre o MEC e o Sistema S, celebrado em 2008; e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica nos últimos dez anos, quanto pelo contínuo crescimento dos gastos públicos federais com essa modalidade da educação em anos recentes, é possível que também a educação profissional, científica e tecnológica contribua para avanços perceptíveis no nível de qualificação dos trabalhadores brasileiros nas décadas por vir.

A perspectiva educacional para os próximos anos, portanto, sugere que a PIA no Brasil apresentará um perfil com nível de escolaridade cada vez maior, devido a uma permanência mais prolongada da população na escola e à expansão nos níveis de ensino médio e superior, bem como em vista das perspectivas de crescimento da educação profissional, científica e tecnológica. O desafio, entretanto, será oferecer aos futuros entrantes no mercado de trabalho uma educação de qualidade. O desempenho de nossos jovens em avaliações de larga escala tem sinalizado que, não obstante alguns avanços observados ao longo do tempo,<sup>5</sup> a força de trabalho brasileira ainda deverá por muito tempo apresentar carências significativas de habilidades e competências demandadas no mundo do trabalho.

#### 4 O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO E A EXPANSÃO DA ESCOLARIDADE ENTRE AS MULHERES

A terceira macrotendência que deverá afetar de maneira decisiva o perfil da mão de obra brasileira nos próximos anos é a tendência de maior destaque da população feminina, devido ao aumento das suas taxas de participação no mercado de trabalho e à ampliação de seu nível de escolaridade acima da média masculina.

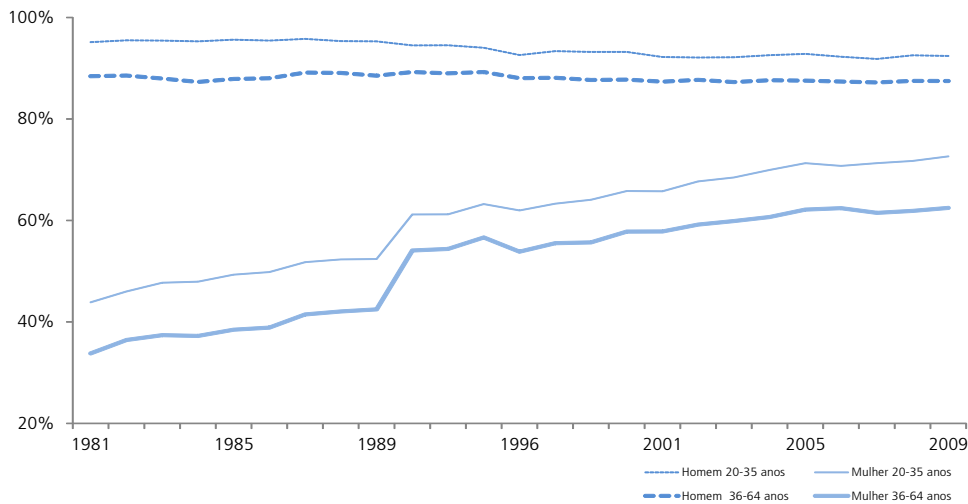
A participação das mulheres na atividade econômica tem se intensificado desde a década de 1970 (HOFFMANN; LEONE, 2004), em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e urbanização e com mudanças no papel social da mulher (BRUSCHINI, 2007). Os gráficos 5A e 5B apresentam a evolução, entre 1981 e 2009, das taxas de participação por sexo e por sexo e faixas etárias, permitindo perceber a intensidade com a qual a mulher tem adentrado no mercado de trabalho formal brasileiro nesse período.



5. Ver, a esse respeito, Soares e Nascimento (2012).

GRÁFICO 5B

## Brasil: evolução da taxa de participação no mercado de trabalho por faixas de idade – 1981-2009



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

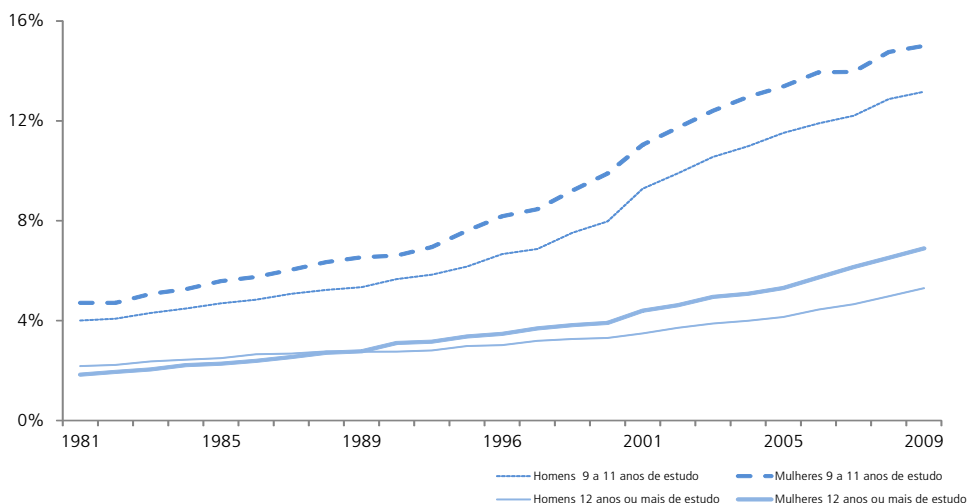
A crescente incorporação das mulheres ao mercado formal de trabalho nas últimas décadas, somada à ainda significativa diferença entre os níveis de participação masculino e feminino, dão indícios de que esse fenômeno parece não ter se esgotado. A taxa de participação feminina saltou de 32,9% para 52,7% no período considerado, o que caracteriza uma mudança expressiva na participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, embora ainda exista um *gap* de quase 20 pontos percentuais (p.p.) em relação ao nível de participação masculina.

Neste cenário, analisar a força de trabalho brasileira segundo idade e sexo também revela diferenças consideráveis entre homens e mulheres. O nível de atividade dos homens no mercado de trabalho por muitos anos foi superior ao das mulheres, independentemente da idade. Contudo, já é possível sentir uma redução dessa desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras. O gráfico 5B evidencia ainda a tendência de crescimento da participação feminina durante os últimos 30 anos em diferentes grupos etários. Enquanto a taxa de participação masculina mantém certa estabilidade ao longo do tempo, as mulheres elevam sua participação em todas as idades. Particularmente para as gerações de mulheres mais jovens, com menos de 36 anos de idade, o aumento das suas taxas de participação no mercado de trabalho tem ocorrido de forma mais intensa: ao final de 2009, esse indicador já se apresentava quase 30 p.p. acima do patamar que exibiu em 1981.

A força de trabalho brasileira, além da maior participação feminina, tem se mostrado cada vez mais escolarizada, conforme discutido na seção anterior. Maiores níveis de escolaridade têm sido observados em toda a PIA, como já destacado nos gráficos 4A e 4B. Os dados disponíveis pela PNAD sugerem, contudo, que são exatamente as mulheres quem mais têm contribuído para essa maior escolarização da PIA. Porém, vale ressaltar que essa realidade da PIA ainda não se refletiu completamente na população economicamente ativa (PEA), como ilustram os gráficos 6A e 6B.

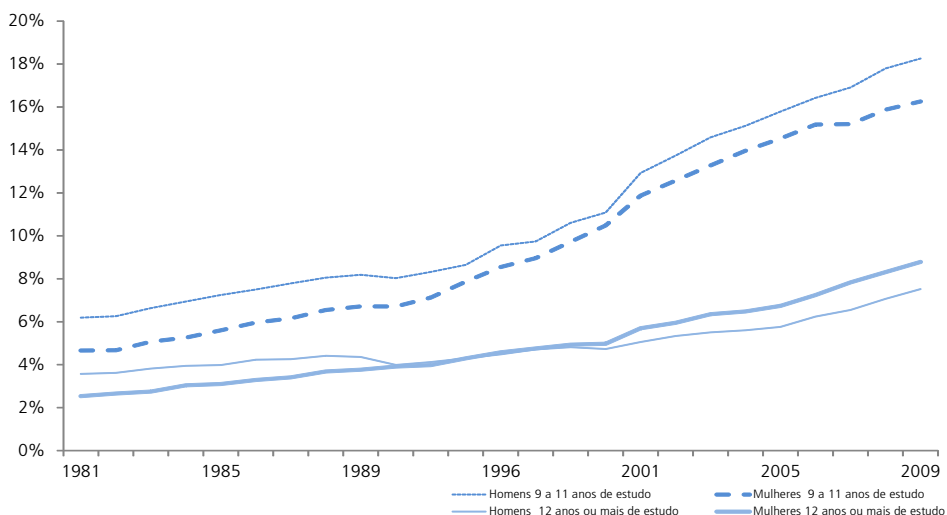


GRÁFICO 6A  
PIA por sexo e anos de estudo – 1981-2009



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

GRÁFICO 6B  
PEA por sexo e anos de estudo – 1981-2009



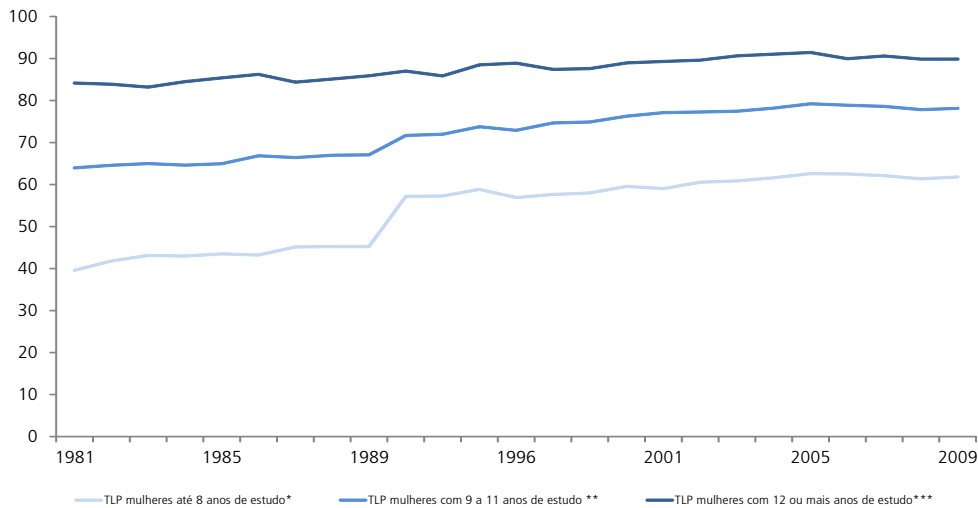
Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

O gráfico 6A indica que, em números absolutos, a quantidade de mulheres já é maior do que a de homens na PIA mais escolarizada (a partir de nove anos de estudo). Entretanto, o gráfico 6B, que plota a PEA, mostra que as mulheres só são maioria na força de trabalho com 12 anos de estudo ou mais. Essa comparação é importante porque é a PEA (e não a PIA) que mais se aproxima da força de trabalho disponível no mercado formal.

Os dados aqui apresentados sugerem, assim, que as mulheres tendem a ser mais escolarizadas do que os homens, mas que, a despeito de virem participando cada vez mais do mercado formal de trabalho, só se constituem em maioria quando o recorte é feito entre trabalhadoras e trabalhadores com curso superior. De fato, como mostrado no gráfico 7, a taxa líquida de participação feminina somente se aproxima da masculina para quem tem 12 anos de estudo ou mais.

GRÁFICO 7

Taxa líquida de participação (TLP) das mulheres por grupo de anos de escolaridade, em número-índice – 1981-2009



Fonte: PNADs/IBGE de 1981-2009. Elaboração dos autores.

Notas: \* TLP dos homens até 8 anos de estudo no mesmo ano = 100.

\*\* TLP dos homens com 9 a 11 anos de estudo no mesmo ano = 100.

\*\*\*TLP dos homens com 12 anos ou + de estudo no mesmo ano = 100.

A partir dos dados aqui apresentados e da interpretação da literatura especializada,<sup>6</sup> é plausível esperar para as próximas décadas um aumento das taxas de participação das mulheres no mercado formal de trabalho, tendência esta que estaria relacionada, principalmente, a uma redução das taxas de fecundidade (SOUZA; RIOS-NETO; QUEIROZ, 2011) e à melhoria do nível educacional das mulheres (SCORZAFAVE; MENEZES-FILHO, 2006). Vale ressaltar, contudo, que, para que isso ocorra, é necessário que as condições econômicas, sociais e culturais sejam propícias a uma entrada ainda mais acentuada da mulher no mercado formal de trabalho. Não obstante, como há um número significativo de mulheres em idade ativa ainda fora da PEA, é de se esperar que ainda haja espaço para que esta cresça pela inclusão desse segmento. Ressalte-se, todavia, que essa maior inclusão tende a se dar entre mulheres com menor escolaridade, uma vez que a taxa de participação entre as mais escolarizadas já se aproxima bastante da taxa de participação masculina.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de força de trabalho no Brasil passou por uma série de transformações nas últimas décadas. As alterações paulatinas da estrutura etária brasileira abrem uma janela de oportunidades para a economia nacional nos próximos anos, tendo em vista que o país começa a atravessar um período de maximização da sua PIA – embora a consequência natural seja a reversão desse mesmo fenômeno a partir do momento seguinte, transformando em riscos as oportunidades que ora se abrem. Além da transição demográfica que se configura, destacam-se outras duas macrotendências relevantes para o mercado de trabalho brasileiro.

Em primeiro lugar, a PIA brasileira vem apresentando crescentes níveis de escolaridade. Este fato parece sinalizar que a expansão dos sistemas de ensino nas últimas duas décadas começa a dar frutos. Ademais, a perspectiva que se coloca é que os níveis de escolaridade con-

6. Ver, por exemplo, Wajnman e Rios-Neto (2001), Camarano *et al.* (2006), Souza, Rios-Neto e Queiroz (2011) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

tinuem a se expandir na PIA brasileira, dado que nossos indicadores educacionais ainda exibem significativo atraso em termos de acesso e permanência nos níveis de ensino que vão além do fundamental, bem como no que tange à qualidade da educação disponível em larga escala.

Em segundo lugar, mas não menos importante, percebe-se nos dados da PNAD uma contínua e crescente incorporação da mulher ao mercado formal de trabalho. Caso prossiga a tendência das últimas décadas, a força de trabalho feminina deverá ser a principal responsável pelo crescimento da PEA brasileira nas próximas décadas. Essa perspectiva parece ainda mais factível pelo fato de a participação feminina ainda ser consideravelmente menor do que a masculina em todos os recortes. No entanto, não se pode perder de vista que a diminuição desse *gap* depende de modificações nas condições culturais, econômicas e sociais que ainda limitam uma presença feminina maior em postos de trabalho. Além disso, entre as mulheres mais escolarizadas a diferença de participação no mercado de trabalho em relação aos homens já se mostra pequena. Isto indica que, no futuro, o desafio será incorporar segmentos que demandarão políticas de qualificação eficazes e cujo processo de inclusão costuma, ademais, apresentar barreiras sociais, econômicas e culturais mais pronunciadas.

De todo modo, um possível crescimento da PIA brasileira provavelmente não iria muito além de um horizonte de uma década. Isto faz supor que, a partir da década de 2020, seja de se esperar que:

- 1) O tamanho total da PIA mostre-se estável, com possível tendência de redução já em algumas regiões do país, o que significaria redução do estoque de mão de obra disponível.
- 2) A PIA passe a apresentar uma estrutura mais envelhecida (possivelmente com uma permanência maior no mercado de trabalho de pessoas com idades mais avançadas).
- 3) A força de trabalho disponível apresente maiores níveis de escolaridade, bem como maior experiência.
- 4) Haja maior participação feminina no mercado formal de trabalho, com as mulheres provavelmente ocupando cargos e postos de trabalho nos quais hoje ainda não se fazem muito presentes.

A conjugação desses fatores, particularmente dos dois primeiros, tende a favorecer um aumento do preço relativo dessa mão de obra, pressionando um aumento da sua produtividade. A baixa qualidade educacional dessa mão de obra, contudo, poderá atuar como limitador desses ganhos de produtividade.

#### REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_.; VASCONCELOS, D. de S.; CARVALHO, A. A. de. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho**. Brasília, DF: Cepal, Escritório no Brasil/Ipea, 2010 (Nota Técnica Ipea).
- ARBACHE, J. Transformação demográfica e competitividade internacional da economia brasileira. **Revista do BNDES**, v. 36, p. 135-392, dez. 2011.
- BERENSTEIN, C. K.; WAJNMAN, S. Efeitos da estrutura etária nos gastos com internação no Sistema Único de Saúde: uma análise de decomposição para duas áreas metropolitanas brasileiras. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 10, p. 2.301-2.313, 2008.

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil**: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. Belo Horizonte: Cedeplar, 2007 (Nota Técnica Ipea).

\_\_\_\_\_. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

BRUSCHINI, M. C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Ed.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 253-292.

\_\_\_\_\_. **Envelhecimento funcional e suas implicações para a oferta da força de trabalho brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2008 (Texto para Discussão, n. 1.326).

CAMARANO, A. A. *et al.* A oferta de força de trabalho brasileira: tendências e perspectivas. In: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil**: o estado de uma nação. 2. ed. Brasília, DF: Ipea, 2006. p. 69-118. cap. 2.

CASTRO, C. M.; CASTRO, M. H. M.; LEITE, E. M. Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios. In: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil**: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 121-228. cap. 3.

CORBUCCI, P. R. *et al.* Perspectivas para promoção da educação como direito de todos. In: **Perspectivas da Política Social no Brasil**. Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades. Brasília: Ipea, 2010. v. 8, p. 164-189. cap. 4.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.

IBGE. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade – 1980-2050**: revisão 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 (Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica).

IPEA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v. 18, p. 115-138, (cap. 5 – Educação), 2010.

\_\_\_\_\_. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v. 19, p. 129-164, (cap. 4 – Educação), 2011.

\_\_\_\_\_. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v. 20, (cap. 4 – Educação), 2012.

POTTER, J. E. *et al.* Mapping the timing, pace, and scale of the fertility transition in Brazil. **Population and Development Review**, v. 36, n. 2, p. 283-307, June 2010.

RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 22, n. 2, p. 371-408, 2005.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 41-55, 2006.

SOARES, S. S.; NASCIMENTO, P. A. M. M. Evolução do desempenho cognitivo dos jovens brasileiros no PISA. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 145, abr. 2012.

SOUZA, L. R. de; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 57-79, jun. 2011.

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, E. L. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e conseqüências. In: CAMARANO, A. A. (Ed.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 453-480.

\_\_\_\_\_.; RIOS-NETO, E. L. Women's participation in the labor market in Brazil: elements for projecting levels and trends. **Brazilian Journal of Population Studies**, v. 2, p. 41, 2001.

WONG, L. L.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.